

Uso administrativo de relatório do Coaf exige regras mais claras, diz advogado

10/06/2026

A requisição de [relatórios de inteligência financeira \(RIFs\)](#) por parte de autoridades administrativas traz enorme insegurança jurídica, especialmente devido à falta de estrutura de carreira. Isso abre brecha para perseguições políticas e *fishing expeditions*.

É o que aponta o advogado **Pedro Henrique Di Masi Palheiro**, que também é procurador do estado do Rio de Janeiro. Ele participou em maio da [mesa-redonda promovida pela FGV Justiça](#) para debater o tema “Requisição de RIFs pela autoridade policial sem autorização judicial”.

Palheiro explicou que, nos municípios, geralmente o controlador-geral e o procurador-geral são nomeados pelo prefeito. E instaurar um processo administrativo é bastante fácil. Assim, qualquer município pequeno consegue instaurar procedimentos administrativos contra seus inimigos políticos, requisitar RIFs e procurar algo que possa gerar punição.

Segundo o advogado, a requisição de RIFs por parte da polícia e do Ministério Público, que têm carreiras organizadas, já causa alguma preocupação para os criminalistas. “No Direito Administrativo é muito pior”, completa. “A insegurança é muito maior.”

Clique [aqui](#) para ver a palestra ou assista abaixo:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-10/uso-administrativo-de-relatorio-do-coaf-exige-regras-mais-claras-diz-advogado-3/>

